

Assédio Moral: Um dos vários desafios que a secretaria de Educação deve enfrentar e resolver.

Profissionais aprovados no concurso da Semed estão lidando com hostilidade nas escolas e Cmeis onde foram alocados. A Secretaria de Educação de Palmas precisa enfrentar e resolver mais esse problema. Diversos desses profissionais têm manifestado descontentamento em relação ao tratamento que recebem nas instituições. Eles enfrentam uma série de constrangimentos, que incluem: hostilidade por parte da gestão e coordenação; exploração por colegas efetivos; assédio moral de colegas não aprovados no concurso, que desmerecem aqueles que ocupam a mesma função; e abuso de autoridade por parte da gestão, que exige que esses profissionais cubram horários de almoço em outras salas e realizem tarefas que não fazem parte de suas atribuições, como se os aprovados fossem menos valiosos do que os efetivos.

Esses profissionais são frequentemente deslocados de sala em sala, tratados como se fossem dispensáveis, com mudanças solicitadas por colegas que não mantêm uma boa relação. O desrespeito por parte da gestão é alarmante, pois não parece haver uma solução, considerando que aqueles que deveriam intervir são exatamente os que perpetuam essas atitudes. A Semed já recebeu várias solicitações de transferência de escola, mas tem ignorado essas reclamações.

O assédio se manifesta através de sobrecarga de tarefas, ignorância em relação à presença do funcionário, disseminação de rumores e vigilância excessiva, situações que estão se tornando comuns. É importante destacar que os professores efetivos nas Cmeis e escolas municipais frequentemente chegam atrasados e saem mais cedo, com a conivência de diretores e coordenadores, que consideram essa conduta irresponsável como normal. Além disso, esses efetivos utilizam as instituições para acomodar seus filhos, deixando-os sob os cuidados dos profissionais aprovados durante o horário de almoço, tudo com a anuência da gestão que permite tais práticas.

Os aprovados da Semed sentem que seu trabalho nas escolas é negligenciado, sendo tratados como mão de obra descartável, sem voz e cujas opiniões não são levadas em conta. Essa situação pode ter um impacto negativo sobre a educação municipal, pois os professores efetivos repetem as mesmas práticas anualmente, sem se preocupar em se atualizar sobre as mudanças necessárias. Os projetos educacionais permanecem inalterados há uma década, e a gestão não demonstra preocupação com isso, gerando grande frustração entre os aprovados, que se tornam invisíveis nas escolas, sendo notados apenas quando é necessário emitir ordens ou informar que o concurso não será validado.

É essencial que a Semed tome providências em relação ao assédio moral que os aprovados estão enfrentando, uma vez que o tratamento que recebem é desumano. É importante recordar que todos esses indivíduos conquistaram suas posições com muito esforço; não estão pedindo favores, mas sim respeito. Esses são profissionais qualificados, e muitas vezes a formação acadêmica dos aprovados provoca desconforto entre os efetivos, que parecem temer a perda de seu status privilegiado, uma vez que a educação e a atualização são aspectos que muitos não se empenham em seguir.

As situações de assédio estão se tornando recorrentes, provenientes de gestores, coordenadores e professores efetivos, e a Semed parece estar se omitindo diante dessa realidade, sem tomar medidas para alterá-la. Sem voz e temendo represálias, os aprovados têm permanecido em silêncio. Contudo, é fundamental que todos conheçam a Lei 14.457/22, que define esse tipo de assédio como assédio moral misto, no qual as vítimas são hostilizadas por diversos agentes (diretores, coordenadores, orientadores, professores), e os responsáveis por tais condutas podem ser obrigados a indenizar a pessoa ofendida, além de enfrentar processos civis e criminais. O respeito por esses profissionais é o mínimo que se espera de toda a rede municipal de ensino.